

NA DIREÇÃO DE UM ANTICAPITALISMO FEMINISTA E DECOLONIAL: MARÍA LUGONES, SYLVIA WYNTER E SAYAK VALENCIA¹

Toward a decolonial feminist anticapitalism: María Lugones, Sylvia Wynter, and Sayak Valencia

Ashley J. BOHRER
University of Notre Dame
abohrer2@nd.edu
<https://orcid.org/0000-0001-7588-9033>

Tradução de Leonardo S. ARAÚJO
Universidade Federal do Paraná
leonardosaraujo@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3470-9299>

RESUMO: Este artigo destaca a centralidade do capitalismo no trabalho de três feministas decoloniais: María Lugones, Sylvia Wynter e Sayak Valencia. Explorando o papel do capitalismo no trabalho de cada uma delas, eu argumento que essas pensadoras o conceituam de uma maneira nova e urgente, mapeando novas direções tanto para a teoria quanto para a prática dos movimentos sociais. Elaboro então que a tradição feminista decolonial possui recursos filosóficos e históricos cruciais para entender a emergência do capitalismo e a sua durabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Anticapitalismo; Capitalismo *gore*; Colonialidade de gênero; Decolonialidade.

ABSTRACT: This article traces the centrality of capitalism in the work of three decolonial feminists: María Lugones, Sylvia Wynter, and Sayak Valencia. Elaborating on the role of capitalism in each of their work separately, I argue that each of these thinkers conceptualizes capitalism in a novel and urgent way, charting new directions for both theory and social movement practice. I thus argue that the decolonial feminist tradition holds crucial philosophical and historical resour-

¹ Publicação original: BOHRER, Ashley J. *Toward a decolonial feminist anticapitalism: María Lugones, Sylvia Wynter, and Sayak Valencia*. *Hypatia*. Vol.35, 2020, p.524-541. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/hypatia/article/abs/toward-a-decolonial-feminist-anticapitalism-maria-lugones-sylvia-wynter-and-sayak-valencia/71A108DB6EF9A517BC47E51AA8D90304>



ces for understanding the emergence of capitalism and its endurance.

KEY WORDS: Anticapitalism; Coloniality of gender; Decoloniality; Gore capitalism.

A linha feminista da tradição decolonial propõe uma das mais instigantes concepções históricas e teóricas do capitalismo. Ao invés de tomá-lo como um sistema hermético e singular, as pensadoras do feminismo decolonial compreendem o quanto profundamente o capitalismo, como um todo, sempre esteve entrelaçado não apenas à colonização, mas também ao heteropatriarcado, ao cissexismo e ao racismo. Ademais, uma disputa central dessa linha dentro do pensamento anticapitalista é a reconceitualização não apenas do capitalismo como uma estrutura de dominação, mas também de como os movimentos sociais que o enfrentam devem se orientar, teórica e politicamente.

Embarcar numa trajetória feminista e decolonial de práxis anticapitalista demanda, portanto, não apenas uma análise renovada do que é o capitalismo e como ele funciona, mas também da sua história e das geografias diferenciadas de seu desenvolvimento. Ainda que outras tradições do pensamento anticapitalista tenham se debruçado sobre algumas dessas linhas, é na tradição feminista decolonial que se encontram as manifestações mais instigantes, multifacetadas e urgentes dessa práxis.

Para lançar luz a essa aproximação, procuro traçar o desenvolvimento do feminismo anticapitalista decolonial no trabalho de três de suas pensadoras mais sensíveis: María Lugones, Sylvia Wynter e Sayak Valencia. Ao fazer isso, argumento que a tradição feminista decolonial possui recursos filosóficos e históricos cruciais para entender a emergência do capitalismo e sua resiliência de maneiras que transcendem às limitações de boa parte da tradição marxista-feminista contemporânea. O trabalho de cada uma dessas autoras é diferente, mas cada um contém um entendimento central sobre a relação entre capitalismo e colonialidade que pode e deve ser integrado ao desenvolvimento de um anticapitalismo decolonial e feminista. Este artigo considera, primeiramente, o trabalho de cada autora separadamente, destacando a especificidade de suas teorias e percepções acerca da crítica anticapitalista por meio de uma perspectiva decolonial e feminista. Ao tratar cada autora de maneira separada, inicialmente procuro traçar os contornos únicos de seu pensamento. Na última seção, reúno as compreensões dessas autoras, explicando como e por que uma teoria do capitalismo verdadeiramente decolonial e feminista deve conter contribuições de cada uma dessas três sociólogas.

I. MARÍA LUGONES

Entre as feministas decoloniais, talvez a mais famosa no mundo anglófono seja María Lugones. Apesar de toda a atenção dirigida ao seu trabalho, a sua noção da função estrutural do capitalismo é frequentemente ignorada.² Nesta seção, busco traçar a centralidade persistente do capitalismo no trabalho de Lugones, primeiro por meio de sua articulação do “sistema de gênero colonial/moderno” e em seguida através da “colonialidade do gênero”. O sistema de gênero colonial/moderno (SGCM), um dos conceitos mais conhecidos do trabalho de Lugones, muitas vezes é discutido em termos que ignoram a fundamentação anticapitalista em que ele foi elaborado³. É importante lembrar que o SGCM é uma resposta crítica a Aníbal Quijano, cujo argumento central explica como o capitalismo colonial⁴ reorganiza a estrutura do próprio poder durante o período que viemos a chamar de “modernidade”⁵. Para revelar a profunda interpenetração estrutural do capitalismo, Quijano defende a existência da “colonialidade do poder”, que evidencia a continuidade do caráter colonial/capitalista do mundo moderno, ainda que as estruturas formais da colonização direta tenham sido substituídas pela soberania do estado-nação pós-colonial (QUIJANO, 2001). Ainda que Lugones veja o mérito da

² Embora não seja uma lista exaustiva, esses artigos acadêmicos revisados por pares não fazem menção alguma ao capitalismo em seus trabalhos sobre Lugones: WANTENBERG, 1990; RIBEIRO, 2007; ROELOFS, 2016. Isso não só é verdade em trabalhos acadêmicos revisados por pares, mas também na circulação do pensamento de Lugones nas esferas populares e de ativismo. Os artigos da *Global Social Theory* sobre Lugones e a colonialidade do gênero também não possuem quaisquer referências ao capitalismo: BHAMBRA, n.d.; MANNING, n.d.

³ Novamente, mesmo não sendo uma lista exaustiva, um olhar rápido sobre a literatura contemporânea sobre o SGCM revela que o capitalismo sequer aparece para conduzir o foco de muitos trabalhos acadêmicos. Veja-se, por exemplo, GIRALDO, 2016; NAVÉ, 2017. Ainda que Boris Bertolt escreva sobre o capitalismo no seu artigo sobre o SGCM, ele não reconhece o trabalho de Lugones como anticapitalista, recorrendo a outros autores como Mignolo, Quijano e Fanon para suprir essa etapa do argumento (BERTOLT, 2018).

⁴ Quijano, ao expandir a tradição marxista das teorias de sistema-mundo, propõe uma redefinição do capitalismo, colocando a raça em seu cerne: o capitalismo é “a articulação estrutural de todas as formas de controle historicamente conhecidas de trabalho ou de exploração, escravidão, servidão, produção mercantil independente de pequena escala, trabalho assalariado e reciprocidade sob a hegemonia da relação de trabalho capital-salário” (QUIJANO, 2000, p. 349).

⁵ A redefinição de “modernidade” feita por Quijano deixa claro que os fenômenos sociais, culturais, políticos, estéticos e intelectuais reunidos e identificados como “modernidade” são contrapartes da política econômica capitalista: modernidade, segundo ele, sinaliza “as necessidades cognitivas do capitalismo [que] incluem ‘medição, quantificação, externalização (ou objetificação) do que é conhecível que diga respeito ao conhecedor, em prol do controle das relações entre pessoas e a natureza, bem como as relações entre as pessoas que digam respeito à natureza, particularmente a propriedade nos meios de produção’” (QUIJANO, 2000, p. 343).

definição de colonialidade como a estrutura profunda subjacente às relações de poder contemporâneas, utiliza o SGCM como aparato conceitual para criticar as limitações da forma por meio da qual Quijano articula a estrutura da colonialidade do poder, uma vez que ela reproduz e se apoia em diversas presunções patriarcais, cissexistas e heterossexistas (LUGONES, 2007, p. 189-94).

Ainda que a crítica de Lugones esteja direcionada mais especificamente ao trabalho de Quijano, é importante lembrar que ela se refere a uma tendência geral dentro da teoria decolonial, que se evidencia nos trabalhos daqueles que Emma Velez se refere como os “caras decoloniais” (Dussel, Mignolo, Quijano, Maldonado-Torres, entre outros), nos quais o gênero e a sexualidade são considerados secundários, auxiliares ou derivados das questões de raça, de colonialidade e do capitalismo. O que frequentemente se perde nas aproximações contemporâneas ao SGCM é a maneira na qual, apesar de suas críticas incisivas a Quijano e às tradições marxistas das quais ele é parte, a análise de Lugones ainda é, pelo menos em parte, uma crítica ao capitalismo. Isto é, Lugones critica Quijano e os demais porque a concepção de capitalismo deles *não é boa o suficiente*, uma vez que o gênero, o sexo e a sexualidade são elementos constitutivos fundamentais desse sistema. Em “Colonialidad y género”, Lugones critica especificamente o fracasso de Quijano nesse ponto ao reproduzir uma mentalidade “*capitalista, global e eurocêntrica*”:

A visão de Quijano pressupõe uma concepção patriarcal e heterossexual da luta pelo controle do sexo, de seus recursos e produtos. Quijano aceita um entendimento capitalista, eurocêntrico e global do gênero, ocultando as maneiras nas quais mulheres colonizadas e não-brancas foram subordinadas e desprovidas de poder (LUGONES, 2008, p. 78).

O interesse e comprometimento em gerar uma crítica aprofundada e expansiva *do capitalismo* que coloque o gênero, o sexo e a sexualidade no seu âmago constitui um dos objetivos centrais da intervenção de Lugones. Preservando a concepção de Quijano de que colonialidade, modernidade e capitalismo constituem um sistema único, argumenta que o sistema de gênero colonial/moderno é um polo igualmente fundamental desse sistema:

Os elementos que constituem o modo de poder global, eurocêntrico e capitalista não se separam e nenhum deles é anterior aos processos que constituem os seus padrões. Na verdade, a representação mítica desses elementos enquanto metafisicamente anteriores é um aspecto importante do modelo cognitivo do capitalismo global e eurocêntrico (LUGONES, 2007, p. 190).

A esses “elementos”, Lugones insiste que devemos incluir o sistema de sexismo oposicional, o patriarcado, o dimorfismo sexual e a monogamia heteronormativa, uma vez que todos estes constituem partes centrais do projeto colonial: “A imposição desse sistema de gênero foi tão constitutiva da colonialidade do poder quanto a colonialidade do poder foi constitutiva dele... seja pelo controle sobre o trabalho, sobre a subjetividade/intersubjetividade, autoridade coletiva, [ou] sexo” (LUGONES, 2007, p. 202).

Em boa parte da obra posterior de Lugones, o foco no capitalismo se torna ainda mais explícito. Ainda que ela mude o termo de “sistema de gênero colonial/moderno” para “colonialidade do gênero”, sua análise continua a apontar para a centralidade fundamental do gênero e da sexualidade para a colonialidade e para o capitalismo. Em “Methodological Notes toward a Decolonial Feminism”, Lugones explica melhor a sua crítica a Quijano e a expande, em termos que amplificam a centralidade do capitalismo para a colonialidade do gênero: “Pensando na colonialidade do gênero, eu torno à concepção dele [de Quijano] de sistema-mundo de poder capitalista mais complexa, mas também critico seu entendimento de que o gênero seria somente o acesso sexual às mulheres” (LUGONES, 2011, p. 75). Essa “complexificação” refere-se à compreensão das formas nas quais o gênero e a sexualidade⁶ formam polos fundamentais sob o capitalismo: eles constroem identidades, (falta de) acesso ao mercado de trabalho, expectativas de trabalho não pago, e múltiplas formas de violência empregadas contra aquelas(es) que se afastam de suas normas. Eles também formam estratégias de subjugação, desumanização e dominação ao serviço da acumulação capitalista em favor dos poderes coloniais. Num artigo em coautoria com Joshua Price, argumentam que é preciso compreender “colonialismo e capitalismo enquanto intimamente ligados histórica e conceitualmente. O capitalismo nasceu, como sistema de produção da modernidade Ocidental, por meio da conquista e da colonização das Américas” (LUGONES; PRICE, 2003, p. 330). Aqui, Lugones e Price afirmam que pensar a colonialidade sem compreender a lógica do capital é impensável, assim como o capitalismo é dependente lógica e historicamente da colonialidade. Eles

⁶Ainda que Lugones nomeie seus conceitos de sistema de *gênero* colonial/moderno e colonialidade de *gênero*, é importante ressaltar que muitos dos fenômenos que ela aponta sob esses títulos são frequentemente pensados sob a bandeira da sexualidade. Para Lugones, gênero e sexualidade, ainda que não sejam sinônimos, são categorias inter-relacionadas de tal maneira que não podem ser pensadas separadamente. É por essa razão que Lugones afirma que a heterossexualidade normativa é faceta central da colonialidade de gênero: “a heterossexualidade não é biologizada somente de maneira fictícia, ela é também obrigatória e permeia a totalidade da colonialidade de gênero... Esta heterossexualidade tem sido coerente e persistentemente perversa, violenta e degradante, além de ter convertido pessoas não-brancas em animais e as mulheres brancas em reproduutoras da Raça (branca) e da Classe (burguesia)” (LUGONES, 2008, p. 93)

continuam: “Não podemos pensar a classe como conceitualmente separável da raça e do gênero considerando a história do controle do trabalho... Uma análise de classe que entende que ela é atravessada pela raça e pelo gênero forma o pano de fundo deste trabalho” (LUGONES; PRICE, 2003, p. 331). Nesse sentido, classe e capitalismo permanecem fundamentais para o conceito de Lugones de colonialidade de gênero, como ela afirma: “a colonialidade de gênero é... o que se encontra na intersecção entre gênero, classe e raça enquanto constructos centrais para o sistema de poder capitalista global” (LUGONES, 2011, p. 75).

Lugones articula aqui uma compreensão dinâmica, não-aditiva e não-reducionista de como o gênero, o sexo e a sexualidade são estruturais para o capitalismo, tanto em nível ideológico como material. Ela mostra o capitalismo (assim como Quijano) como um sistema complexo de poder que, ainda que *diga respeito* a relações econômicas, não pode ser *reduzido* ao trabalho ou à economia; na obra de Lugones, o capitalismo, assim como em boa parte da tradição decolonial, é uma forma de poder cujos efeitos se proliferam na vida social, dinâmicas interpessoais, práticas, instituições e expectativas sociais de maneira que ultrapassam a crueza do reducionismo a qualquer modelo binário de mundo que se baseie em infra e superestrutura. Lugones oferece uma análise integrada de sexo, gênero, sexualidade e raça numa lógica complexa, multifacetada e multidirecional que forma o motor dinâmico da modernidade capitalista.

É vital compreender que ao extrair a crítica do capitalismo da obra de Lugones, estamos perdendo a totalidade da sua crítica. Não é possível remover a centralidade do capitalismo de sua obra e nem subestimar a contribuição do sistema de gênero colonial/moderno para uma compreensão profunda e totalizante do que é o capitalismo, de como ele surgiu e de como ele continua funcionando. Pelo contrário, a abolição do capitalismo se apresenta como parte central da concepção de Lugones de feminismo decolonial. Ela explica: “Chamo a análise da opressão de gênero capitalista e racializada de *colonialidade de gênero*; chamo a possibilidade de superar a colonialidade de gênero de *feminismo decolonial*” (LUGONES, 2011, p. 77, ênfase no original).

No entanto, no trabalho de Lugones, o marxismo permanece como uma estrutura acadêmica e de ativismo inadequada para enfrentar o capitalismo na sua forma completa. Ela e Price asseveram: “o Marxismo é uma análise que busca possibilidades somente em termos de resistência à exploração capitalista sem qualquer consideração de raça, gênero ou da organização da sexualidade” (LUGONES; PRICE, 2003, p. 331). Se tomarmos essa afirmação literalmente ela é demonstravelmente falsa, já que existem porções significativas da literatura marxista que tomam raça, gênero e sexualidade como

eixos fundamentais para a formação do capitalismo.⁷ Se compreendermos, no entanto, a afirmação como uma especulação de que o marxismo, mesmo quando atento às dinâmicas raciais e heteropatriarcais, ainda possui foco fundamental na “resistência à exploração capitalista”, o que Lugones aponta é que há uma necessidade de pensar o capitalismo de uma maneira mais complexa e não focar unicamente na exploração. Gênero, raça e sexualidade são dinâmicas que se articulam com a classe, o que significa que a exploração é um componente central de sua organização; o capitalismo, todavia, não pode ser reduzido à exploração de maneira fundamental, nem mesmo a teorias de exploração centradas no gênero, sexo e sexualidade. Fundamentalmente, o capitalismo enquanto uma estrutura ligada à colonialidade, ao gênero e à modernidade ultrapassa em muito o campo econômico. Um foco exclusivo em questões de exploração, especialmente no que se refere à organização, não consegue tematizar de maneira adequada o alcance múltiplo e multifacetado da lógica capitalista; ironicamente, muito do pensamento anticapitalista acaba *falhando em demonstrar quão penetrante o capitalismo é* ao reduzi-lo somente à exploração e a fatores econômicos. Juntos, o comprometimento inflexível de Lugones às políticas anticapitalistas e a sua crítica ao marxismo sugerem que um entendimento decolonial e feminista do capitalismo precisaria intervir nas formas em que ele, como um sistema integrado, sempre possui lucro e acumulação em excesso.

Os conceitos de sistema de gênero colonial/moderno e de colonialidade de gênero na obra de Lugones causaram uma mudança significativa no terreno conceitual acerca do que é o capitalismo e como ele funciona. Esse reenquadramento da análise é absolutamente central e deve ancorar o feminismo decolonial. Uma das perguntas que se abrem diante dessa mudança de foco é como podemos mudar a maneira com que os movimentos se aderem à luta contra o capitalismo, uma vez deslocado o nosso entendimento do que é o capitalismo. Essa pergunta diferente e complementar começa a ser respondida por Sylvia Wynter, que destaca como um deslocamento da análise geralmente implica um deslocamento da práxis.

⁷ Sobre a centralidade da raça para o capitalismo, em uma perspectiva marxista, ver DU BOIS, 1968; ROBINSON, 2000; BANNERJI, 2005; DAY, 2016. Para trabalhos que colocam o gênero como categoria central para a análise marxista, ver DALLA COSTA e JAMES, 1975; DAVIS, 1983; BRENNER, 2000; BROWN, 2013; ARRUZZA, 2014. Para alguns exemplos de marxismo queer, ver FLOYD, 2009; DRUCKER, 2015; LEWIS, 2016.

II. SYLVIA WYNTER

O capitalismo colonial é uma problemática central na obra de Sylvia Wynter. Seus comentários sobre classe, capitalismo e Marx foram vastos e variados durante sua carreira, mas quero focar no seu engajamento mais contínuo e direto com a organização dos movimentos anticapitalistas, em um artigo que ela apresentou à American Sociological Association no outono de 1982. Focar especificamente nesse artigo ajuda a iluminar a concepção de Wynter de como o capitalismo se estrutura; ainda que a crítica ao capitalismo esteja presente no restante de seu trabalho, esse compromisso explícito e contínuo clarifica como Wynter entende tanto a estrutura do capitalismo quanto seus pontos de intersecção com a colonialidade⁸. Mais especificamente, esse artigo encarna o combate mais claro e mais explícito contra as limitações das aproximações marxistas de entendimento do capitalismo; portanto, isso também constitui um dos mais claros compromissos de Wynter com a maneira com que os movimentos sociais podem e devem encarar a possibilidade da deposição de um sistema que possui opressões baseadas em raça, gênero, sexualidade e classe entrelaçadas entre si.

Em seu artigo, “Beyond Liberal and Marxist-Leninist Feminisms”, Wynter argumenta que essas duas concepções de política dividem uma característica lógica comum, o que chama de “esquemas de abdução” ou “sistemas analógicos”. Cada uma dessas teorias é ancorada e estruturada por uma única “fantasia morfogenética” que, em última instância, reduz a sua análise de mundo a uma única causa fundacional à qual outras forças de dominação são adicionadas ou assimiladas por analogia (WYNTER, 1982, p. 3). As fantasias morfogenéticas do liberalismo (“natureza humana”) e do marxismo-leninismo (“forças econômicas”) acabam servindo para reinscrever formas naturalizadas

⁸ A estrutura do capital e do capitalismo estão presentes nos outros trabalhos de Wynter; ela faz referências constantes a elas durante toda a sua obra, incluindo WYNTER, 1984; 1995; e 2003. Esses conceitos são tão centrais para o seu trabalho que Demetrios Eudell e Carolyn Allen certa vez descreveram o projeto de Wynter como uma exposição “do fluxo do trabalho e do capital... [para] os povos de Terceiro Mundo” (ALLEN; EUDELL, 2001, p. 1). Ela também interage com as concepções marxistas e marxistas-feministas do capitalismo em outros momentos, como WYNTER, 1990, mas nesse texto, boa parte dessas interações acontece em notas de rodapé. Ainda que esses conceitos e essas interações sejam constantes ao longo do *corpus* de Wynter, eles funcionam muito mais como pano de fundo para seu pensamento, e menos como objeto explícito de investigação. Ao projetar um foco específico no texto onde ela considera esses conceitos de maneira mais explícita, lança-se uma luz valiosa e particular sobre a sua carreira acadêmica de maneira ampla. Esse projeto acabaria indo muito longe para ser realizado nesse artigo, mas pode ser uma direção interessante para um trabalho futuro, a de como uma leitura explícita desse ensaio pode afetar uma releitura dos outros textos de Wynter, como aqueles citados nesta nota.

de hierarquia (especificamente aquelas de raça, gênero e sexualidade) internas à própria elaboração dessas teorias em seus “modos de cálculo” (WYNTER, 1982, p.8).

Criticando o marxismo-leninismo, Wynter substitui a terminologia “capitalismo” quase completamente, preferindo explicar que “a ordem sócio-histórica contemporânea” se estrutura por meio do que ela chama de “classearquia”, uma ordem que sintetiza patriarcado e monarquia (WYNTER, 1982, p. 3) e que emerge ideologicamente por meio da “revolução cultural da classe média” (WYNTER, 1982, p. 5). O referente histórico desse processo foi o enriquecimento do “Homem Livre” (WYNTER, 1982, p. 6) através da “expropriação das terras dos americanos pela Europa, a compra, venda e uso de trabalho forçado em massa de africanos” e também na sua revolta contra “a ordem aristocrático-monárquica” (WYNTER, 1982, p. 4). A ascensão da ordem burguesa colocou em primeiro plano a “acumulação de propriedade não-imóvel, de *capital*, como o Significante Geral Equivalente de Identidade e Status” (WYNTER, 1982, p. 5). “O Americano inventado por Jefferson”, ela argumenta, “foi um modo reciclado de classearquia na sua modalidade HOMEM BRANCO LIVRE. O *black-as-negro* funcionou na classearquia americana assim como a Mulher funcionou no patriarcado” (WYNTER, 1982, p. 9, ênfase no original).

A revolução da classe média transformou a lógica da monarquia em classearquia. Princípios de consanguinidade transformaram-se em conaturalidade, direito natural se tornou sanção natural e razão natural substituiu a nobreza do sangue como o determinante ideológico que estabiliza as hierarquias sociais. Essa revolução esteve estruturalmente comprometida com o racismo, não somente na sua dependência da colonização e da escravidão, mas também no fato de que a construção do Homem Livre como “*Homem-como-Liber*” foi marcada pela raça e pelo gênero, de maneira que a liberdade foi significada como um direito natural para aqueles nascidos como homens brancos (WYNTER, 1982, p. 6, ênfase no original). Nesse sentido, Wynter argumenta que a classearquia é uma “sociodicidate”, ou seja, “uma ordem na qual a práxis diária justifica os modos da própria ordem para ela mesma” (WYNTER, 1982, p. 10-11). Como exemplos, Wynter apresenta a raça, o gênero binário e a heteronormatividade.

É possível enxergar, de pronto, a sinergia que existe entre o pensamento de Lugones e de Wynter, mas também a diferença em seus focos. A colonialidade do gênero evidencia como a raça, a sexualidade e a classe se articulam na e por meio de uma história particular do gênero e seus processos como partes essenciais de uma história colonial-capitalista. O conceito de classearquia trazido por Wynter adiciona a essa matriz de entendimento a maneira em que as estruturas monárquicas de poder e de hierarquia se transmutam nesse

sistema, o que dá, num certo sentido, uma versão especulativamente genética de como as imposições hierárquicas do capitalismo colonial se ergueram dentro do contexto europeu mesmo antes do começo do processo colonial. Dada a natureza profundamente imbricada do gênero, raça, classe, sexualidade e até hierarquia, de maneira mais geral, na estrutura do capitalismo colonial, Wynter foca em que tipos de movimentos sociais seriam capazes de intervir numa estrutura tão complicada e proliferante sem acabar reproduzindo-a, ainda que sutilmente.

Considerando maneiras para orientar o trabalho de liberação, Wynter projeta dois exemplos de movimentos feministas que começaram a militar por um “feminismo em seu próprio nome”, ou seja, que não reproduzisse a fantasia morfogenética e sua função particularizante (WYNTER, 1982, p. 13). Ela aponta para a Campanha Salários pelo Trabalho Doméstico⁹, de natureza marxista-feminista (ainda que não fosse marxista-leninista), especificamente por meio do trabalho de Mariarosa Dalla Costa e de Selma James¹⁰, e também para a militância lésbica que exigia o desmonte da heteronormatividade (especialmente com base no trabalho de Catherine MacKinnon e de Virginia Woolf). Em face de um marxismo-leninismo “baseado no conceito central de exploração” através do lucro capitalista (WYNTER, 1982, p. 18), o feminismo marxista “sugere que a ‘exploração’ acontece de múltiplas formas, dentro e fora da fábrica, fora do processo de produção; o que por consequência sugere que a acumulação do valor através da produção é apenas uma faceta de múltiplos processos globais e sociais de acumulação” (WYNTER, 1982, p. 19). A multiplicação de locais de produção de valor “coloca em questão o modo de cálculo” gerado por diversos conceitos ortodoxos de marxismo, que “elegem *um* de seus múltiplos fatores como Referencial Maior e Equivalente Geral” (WYNTER, 1982, p. 9-20, ênfases no original). A lógica e os modos de cálculo de marxismos não-feministas (e até mesmo marxismos-leninismos feministas) se apresentam, para Wynter, como um modo de estabilizar a complexidade de fatores múltiplos e interdependentes através da

⁹ “Wages for Housework Campaign”, no original. (N.T)

¹⁰ A Campanha Salários pelo Trabalho Doméstico, que se origina do autonomismo marxista *operaismo*, na Itália, tornou-se rapidamente uma força internacional nos anos 1970. Também chamada de campanha “Salários contra o Trabalho Doméstico”, organizadoras feministas se mobilizaram para exigir remuneração monetária diretamente do Estado pelo trabalho de reprodução social que permanecia não pago por ter sido tratado essencialmente como o destino coletivo das mulheres. Em setores mais radicais do movimento, a demanda por salários era vista como impossível de se concretizar; o capitalismo sempre pagou menos que o suficiente aos trabalhadores (seja em casa ou na fábrica), portanto, a exigência de remuneração completa era vista como um passo em direção à abolição completa do capitalismo, e não como um passo reformista para a melhor integração das mulheres no mercado capitalista. Para mais sobre esse assunto, ver DALLA COSTA, 2008; FEDERICI, 2012b; JAMES, 2012; AUSTIN; FEDERICI, 2017.

reinscrição de uma hierarquia na análise revolucionária; a mesma coisa acontece com marxistas eurocêntricos, que “substituem a classe das classes... por um membro da classe” (WYNTER, 1982, p. 23). Em ambos os casos, ao invés de observar “o processo histórico global pelo qual uma única rede de acumulação foi instalada de maneira forçada e a maneira como todos os povos do planeta foram subjugados a um projeto de acumulação” (WYNTER, 1982, p. 23), o reducionismo de classe de diversas vertentes do marxismo substituem os variados povos e posições de sujeição dominadas pelo capital pelo homem branco proletário industrial.

A Campanha Salários pelo Trabalho Doméstico, na leitura de Wynter, refuta esse movimento teórico e retórico especificamente, insistindo na especificidade do valor dos múltiplos locais no processo de acumulação e que, portanto, propõe um caminho que o feminismo possa buscar sem cair em lógicas reducionistas: “a demanda pela igualdade salarial para donas de casa, e também por salários de ‘valor comparável’ implica o enfrentamento de um sistema de representação de classearquia e a lógica dos sistemas teóricos fechados que possibilitam que o modo de cálculo seja ‘calculável’. A demanda das donas de casa e a demanda pela igualdade salarial ameaçam, acima de tudo, desafixar o Referencial” (WYNTER, 1982, p. 26).

Para Wynter, a demanda pela compensação de trabalho naturalizado feminino rompe fundamentalmente com o erro que percebe ser perpetrado pelo marxismo-leninismo; ao “recusar o Referencial fixo do ‘trabalho produtivo’”, Wynter expõe as maneiras pelas quais o capitalismo extrapola essa fronteira, construída não somente no trabalho reprodutivo, mas também nos modelos de pensamento, práticas sociais e esquemas de avaliação (WYNTER, 1982, p. 27). Por essa razão, argumenta que o marxismo tradicional não trará a libertação que promete: “o conceito marxista de exploração é apenas uma forma dos múltiplos mecanismos de coerção e dominação” (WYNTER, 1982, p. 31). Ao desenvolver uma compreensão polivalente e sintética do entrelaçamento do capital com dinâmicas proliferantes de gênero, raça e sexualidade, Wynter propõe que os discursos de libertação devem apontar para além do conceito clássico de luta de classes: “se todos os modos de resistência são definidos como uma luta contra a *exploração*, uma forma de luta se torna hegemônica, isto é, o modo de resistência do trabalho. Esse modo então irá definir os alvos, métodos, lugares e instrumentos do confronto” (WYNTER, 1982, p. 34). O problema visto por Wynter é que se o capital engloba uma lógica que vai além das questões do trabalho, então um modo de resistência que possui foco apenas no trabalho, na exploração e nos locais de trabalho irá falhar em depor a força completa do capital.

Podemos perceber ressonâncias profundas entre os pensamentos Lugones e Wynter. Como argumentei anteriormente, Lugones também está comprometida com uma concepção de capitalismo que não pode ser reduzida ao trabalho ou até mesmo à esfera econômica. Nesse sentido, desafixar o trabalho como referencial único para a compreensão do capitalismo é uma tarefa necessária para traçar os contornos completos do que Lugones chama de colonialidade do gênero. Mas como explica Wynter, a questão não é apenas acadêmica, mas também de como organizar e orientar movimentos de resistência.

Sem desafixar o trabalho como referencial único do capitalismo, Wynter afirma que a vertente de resistência marxista-leninista tende a tomar uma forma (neo) colonizante. Esse reducionismo à classe que Wynter identifica como tão pernicioso ao anticapitalismo e ao feminismo vai além de uma mera má-compreensão acadêmica. Tem, na verdade, consequências diretas sobre os discursos sociais e movimentos políticos: “Essa representação autoriza a imposição de uma ordem de valor diferencial de poder-prestígio entre a luta de classes Ocidental, a luta contra o racismo dos povos Negros, a luta contra o sexismo e as lutas nacionais-culturais não-Ocidentais” (WYNTER, 1982, p. 24). Tomar o homem branco proletário industrial como modelo para todas as relações sob o capitalismo não apenas falha em demonstrar o alcance do capitalismo de um ponto de vista analítico, como também perpetua o apagamento eurocêntrico que por si só já é parte intrínseca da lógica do capital.

Na perspectiva de Wynter, um feminismo decolonial precisa de “um modelo de referência autônomo”, o que significa um modelo que evita a reprodução daquela fantasia morfogenética já referida (WYNTER, 1982, p. 12). Quando o feminismo liberal se mobiliza contra a “supremacia masculina”, ou o feminismo marxista-leninista se mobiliza contra a “supremacia capitalista” (WYNTER, 1982, p. 12), Wynter esclarece que a cada um dos movimentos escapam os “múltiplos modos de supremacia” que se interligam na estrutura da classearquia, reproduzindo lógicas reducionistas pelas quais um desses modos de sujeição parece primário ou fundamental em relação a todos os demais (WYNTER, 1982, p. 13). Essas formas de feminismo “operam como particularidades autônomas ao invés de particularidades constitutivas de um novo modo de universalidade independente da visão das classes médias”, ecoando a demanda de Fanon por uma nova humanidade e uma nova universalidade (WYNTER, 1982, p. 14)¹¹

Repensar os conceitos de humanidade e universalidade tem uma conexão profunda com o resto da obra de Wynter. A “super representação do Homem” que forma

¹¹ Wynter referencia e dialoga com Fanon a respeito de questões de humanidade e universalidade ao longo de sua obra, mas especialmente em WYNTER, 2001.

o objeto de sua crítica em “Unsettling” é parte e parcela do modo de universalidade das classes médias que instaurou os desejos e experiências do homem branco burguês como a lógica governante da vida social (WYNTER, 2003). Na verdade, a questão do humano e a maneira com que as estruturas do capitalismo colonial reconhecem somente “o Homem Livre” e o “Homem-como-Liber” como inteiramente humanos aparece como um “laço duplo” central (PARKER, 2018) recorrente na obra de Wynter (MIGNOLO, 2015). A discussão que ela propõe para esse problema neste ensaio, no entanto, é diferente da discussão que ela propõe em outros pontos de sua obra, no sentido de que aqui Wynter se preocupa menos com uma descrição de como as estruturas de dominação se constituem por meio de conceitos coloniais de humanidade e de universalidade do que como os movimentos anticapitalistas e anti-coloniais falham em digerir adequadamente essa intuição. Nesse sentido, movimentos sociais que se recusam a extraírem o entendimento colonial/moderno de humanidade e universalidade de suas lógicas acabam reproduzindo, ao invés de destituir, as noções fundamentais de humanidade e universalidade que sustentam o próprio sistema contra o qual eles militam¹².

Para Wynter, a necessidade de um modo feminista e decolonizado de universalidade se baseia em políticas de classe. Ela explica:

Um feminismo que em seu próprio nome toma o esquema de abdução da classe-herquia como objeto de suas indagações; como alvo de sua luta por transformação, sabe que não existem vítimas ou oressores absolutos, que a supremacia de classe se articula com diversos outros modos de supremacia que envolvem todos nós. Supremacia racial, cultural, discursiva, de sexualidade, a linha entre a Norma e o Outro atravessam todas as nossas consciências (WYNTER, 1982, p. 33).

Ainda que Wynter se afaste conceitos marxistas tradicionais, a política de classe ainda é um componente essencial de seu pensamento, que ancora o anticapitalismo a uma articulação sintética e interseccional do que é o capital. “Supremacia de classe” em seu pensamento não é tomada como causa última ou base redutiva, mas serve como molde para a textura fundamental de todas as outras formas de opressão e dominação. Na perspectiva de Wynter, gênero, raça e sexualidade não podem ser pensados sem classe, mas a classe também não pode ser pensada separadamente da dimensão completa das lógicas de dominação das quais é uma característica constitutiva.

¹² Para um exame particularmente útil para compreender como a demanda por um novo humanismo e uma nova universalidade é um projeto especificamente anticapitalista para Wynter, ver os comentários dela em SCOTT; WYNTER, 2000.

Unindo as concepções de feminismo decolonial de Wynter e Lugones, as possibilidades de uma compreensão expansiva do capitalismo se fortalecem. A análise da colonialidade do gênero de Lugones mapeia a lógica geral do sistema capitalista colonial que lógica e historicamente dependeu da imposição violenta de uma binaridade de gênero, do patriarcado e do heterossexismo; Wynter explora como uma resposta realmente completa a esse sistema necessita de um modo de teorizar e apresentar resistência que não acabe, de maneira sutil e apesar de suas melhores intenções, reproduzindo essa violência ao priorizar certos aspectos desse sistema em detrimento de outros. Somente quando acadêmicos e ativistas são capazes de destituir os esquemas de abdução fundamentais para o referencial fixado é que a possibilidade de depor a colonialidade de gênero se torna um horizonte prático.

A união dessas obras abre um terreno importante que nenhuma das autoras investiga de maneira exaustiva: as formas nas quais a violência endêmica ao capitalismo colonial se apresenta no mundo contemporâneo. Sayak Valencia explora como a estrutura contemporânea do capitalismo colonial não é uma unidade harmônica; ao contrário, o capitalismo colonial se desdobra em uma geografia de poder e de práticas altamente diferenciadas. Ao abrir essas diferentes trajetórias desses desdobramentos do capitalismo colonial, Valencia esquadriinha como análises do capitalismo colonial enraizadas em geografias específicas podem reforçar o nosso entendimento do capitalismo enquanto estrutura e os tipos de resistência necessários para combatê-lo.

III. SAYAK VALENCIA

A transfeminista mexicana Sayak Valencia aproxima-se da questão do capitalismo de uma forma diferente tanto de Lugones como de Wynter; ao invés de localizar uma perspectiva feminista decolonial do capitalismo por meio da vivência do passado no presente, Valencia se atenta para as transformações recentes do capitalismo no século XX, em particular no México, mas de maneira geral em toda a América Latina. Em sua perspectiva, o advento da globalização neoliberal fez com que o capitalismo entrasse numa nova fase, que ela chama de “capitalismo *gore*”, na qual a morte, a tortura e a violência tornaram-se negociáveis como *commodities* em si mesmas. A ascensão da violência comercializável através do crime organizado, tráfico de órgãos, sequestros e assassinatos de aluguel como efeitos da forma contemporânea da colonialidade transforma a estrutura fundamental da acumulação capitalista numa “nova ordem necrofalogocêntrica” (VALENCIA, 2018, p. 291). Pensando a partir das críticas de “sujetas interseccionais e *mestizas*”, dentre as quais cita Chandra Mohanty, Chela Sandoval, Gloria Anzaldúa e

Cherrie Moraga, Valencia critica o entendimento marxista do capitalismo e, ao mesmo tempo, o expande, mapeando um caminho na direção de um transfeminismo decolonial anticapitalista. Mobilizando a filosofia decolonial de Walter Mignolo, Valencia afirma que essa nova compreensão do capitalismo só pode vir de “formas geograficamente situadas de conhecimento” que rejeitam falsas universalizações (VALENCIA, 2018, p. 113). Num movimento teórico similar à demanda pela desafixação do referencial do nosso pensamento e política, feito por Wynter, Valencia volta suas críticas para as teorias do capitalismo geradas por um referencial eurocêntrico; ao fazer isso, a autora insiste que novas e importantes facetas da teoria anticapitalista só podem vir à tona quando ancoramos as teorias nas particularidades de como o capitalismo se desenvolve de maneira distinta nas diversas geografias coloniais. Nesse sentido, Valencia adiciona mais uma camada à demanda de Wynter, observando como o projeto do desafixamento do referencial do capitalismo se beneficia de análises da trajetória do capitalismo em locais específicos, como o contexto do México. Em sua perspectiva, a transformação do capital global alterou a função da violência para algo diferente de um meio de extração, e, portanto, para fazer uma análise adequada da conjuntura contemporânea do capitalismo, as ferramentas teóricas tradicionais da economia política marxista precisam ser reformuladas, por meio de uma perspectiva decolonial e transfeminista.

O foco que Valencia coloca sobre o tema da violência, ainda que bastante diferente das perspectivas de Lugones e Wynter, deve ser lido como complementar ao trabalho dessas autoras. Tanto a colonialidade de gênero de Lugones quanto a classearquia de Wynter fornecem um mapeamento da violência sistemática fundamental que estrutura o mundo sob o capitalismo colonial. O capitalismo *gore* evidencia como essas formas de violência sistemática se concretizam e se cristalizam em violência direta e interpessoal, como um de seus variados efeitos. Nesse sentido, Valencia demonstra como a colonialidade do gênero é vivida, por meio das práticas corporais de violência sob a classearquia. Para Valencia, uma das práticas específicas que surgem a partir do capitalismo colonial é a matriz específica de práticas sanguinolentas.

A teoria de Valencia se apoia num fenômeno distintamente contemporâneo: o “mercado *gore*”. Essa modalidade de mercado coloca à venda “produtos e serviços... associados ao necropoder e a necropráticas”, uma panóplia de mercadorias relacionadas à morte e à tortura (VALENCIA, 2018, p. 225). Ao invés de colocar o surgimento dessas práticas como um micro-fenômeno ou um espaço limiar, a autora argumenta que isso é um prognóstico de uma transformação radical da lógica do capitalismo, “não porque são práticas novas, mas sim porque anteriormente eram relegadas ao subterrâneo”

(VALENCIA, 2018, p. 214). As causas imediatas do surgimento do mercado *gore* podem ser localizadas no desenvolvimento global do neoliberalismo - desregulação, especulação financeira, erosão dos serviços sociais prestados pelo Estado, práticas de ajuste estrutural neocoloniais, inflação das dívidas, diminuição dos salários, demandas hiperconsumistas - medidas todas que levaram a um aumento da precarização da vida dos povos no Sul Global para que a hiper acumulação por parte dos Estados e negócios privados do Norte fossem facilitados. Como essas circunstâncias exacerbavam a pobreza, a precariedade e a falta de segurança, o único caminho de sobrevivência se apresenta em formas alternativas de trabalho: na participação de economias ilícitas, incluindo aquelas que fazem uso rotineiro da violência espetacularizada (assassinato, desmembramento, tortura, sequestros e filmes *snuff*, por exemplo) como características integrais de suas práticas. Ainda que o capitalismo sempre tenha dependido de formas de violência como condição de sua própria possibilidade, essa nova era “torna a violência uma ferramenta de produção e a globaliza” (VALENCIA, 2018, p. 76). As antigas narrativas ideológicas neo/liberais do contrato como não-violência baseadas em noções de “consentimento” ao menos putativo para relações de mercado (HARVEY, 2007, p. 39-63) não se sustentam mais; o neoliberalismo frequentemente se coloca como o antídoto para a violência, mas sob o capitalismo *gore*, “a economia em si mesma é uma forma de violência”, sem qualquer disfarce ou dissimulação (VALENCIA, 2018, p. 84, ênfase no original). Ao eliminar a necessidade da censura da violência integral para sua própria lógica, o capitalismo *gore* “deriva do neoliberalismo, mas não está circunscrito ou exaurido por ele” (VALENCIA, 2018, p. 98). A visibilidade, disponibilidade e alcance do *gore* no mercado global são um sinal de uma nova era, estruturada por uma nova lógica.

A formação do capitalismo *gore*, derivada do desenvolvimento do neoliberalismo, possui uma dimensão intrinsecamente (neo)colonial. É difícil negar que a internacionalização das estratégias de acumulação dos *Chicago Boys* continuam sendo impostas no Sul Global de uma maneira geral, e no México em particular, de maneira profundamente colonial. Valencia chama atenção para essa dinâmica, localizando os problemas e a violência espetacularizados do Terceiro Mundo como resultado da violência imposta sobre ele pelo Primeiro. Além disso, o capitalismo *gore* é sustentado através de uma terceirização neocolonial que “enxerga países em desenvolvimento como centros de manufatura de mercadoria *gore* para a satisfação da demanda prática e recreacional internacional” (VALENCIA, 2018, p. 87).

No entanto, em linha com uma visão verdadeiramente decolonial, ela não reduz o capitalismo *gore* a uma mera imposição unidirecional, como se os povos do Sul Global

fossem simples receptáculos passivos da violência, ideologia e da ordem vindas do Norte. O capitalismo *gore* também é constituído pela ação dos povos oprimidos e explorados, e não apenas pelo neoliberalismo neocolonial. O seu conceito de *necroempoderamento* como uma resposta atuante às práticas de acumulação do Primeiro-Mundo evidencia uma necessidade feminista fundamental de reconhecer que a opressão não nega completamente a atuação, ainda que limite suas possibilidades. Nesse contexto, um ato de violência pode ser explicado por meio do capitalismo, mas não pode ser reduzido a ele, e nem pode ser explicado através de julgamentos moralizantes. O uso da violência como modo de sobrevivência, ou mesmo para acúmulo de capital, precisa ser pensado além dos limites desses reducionismos fáceis. O necroempoderamento do capitalismo contemporâneo ao mesmo tempo “obedece às ordens e diretivas do capitalismo heteropatriarcal e misógino ocidental” e de alguma maneira resiste a ele, o subverte, contorce a sua lógica e o utiliza em favor dos estruturalmente desafortunados” (VALENCIA, 2018, p. 108).

Assim como o capitalismo sempre foi estruturado por meio da violência de gênero, o capitalismo *gore* também o é. Essa conexão é tão profunda que esse sistema atual de geopolítica industrial já foi chamado de “máquina de feminicídios” (GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, 2012). O feminicídio desenfreado no México é apenas uma das instâncias mais óbvias das consequências sexuais e de gênero da transformação da violência numa ferramenta poderosa de enriquecimento. O capitalismo *gore*, no entanto, não produz apenas consequências de gênero, está fixado numa lógica heteropatriarcal em um mundo “marcado pelo gênero, pela raça, pela classe e a distribuição geopolítica das vulnerabilidades” (VALENCIA, 2018, p. 300). No sistema contemporâneo, o emprego da violência “torna-se primeiro um recurso para a socialização masculina e em seguida uma ferramenta crucial para a obtenção de legitimidade de acordo com uma das demandas mais importantes dessa masculinidade: o acesso ao poder através do enriquecimento econômico e a superioridade que tal condição garante dentro da hierarquia de valores patriarcais e capitalistas” (VALENCIA, 2018, p. 293). Em outras palavras, ao capitalismo *gore* está subsumida uma noção de valor especificamente heteropatriarcal, que pode ser demonstrada somente através da violência. Na época do *gore*, o próprio valor se transmuta em violência misógina, nas suas formas “física, simbólica, midiática e corporal” (VALENCIA, 2018, p. 287). Olhando por esse ângulo, as fixações marxistas sobre o valor no capitalismo tomam outra valência.

O conceito de capitalismo *gore* trazido por Valencia confronta as maneiras convencionais nas quais a violência é conceituada em análises do capitalismo¹³. Parte do que Valencia consegue traçar é como, em boa parte do mundo, violência direta não é um modo de “acumulação primitiva”¹⁴ relegada ao passado, mas sim algo constitutivo do próprio capitalismo. Essa é uma conclusão diferente de boa parte das teorias contemporâneas de “acumulação primitiva contínua”, nas quais os meios diretos de coerção formam condições de possibilidade para a valorização do capital (FEDERICI 2012a; SOILAND 2016; BEIER 2018). Nestas concepções, o uso contínuo de formas diretas de violência assegura a vulnerabilidade específica das mulheres (especialmente das mulheres racializadas) no mercado laboral capitalista e também a continuidade da extração de trabalho de reprodução social não pago no ambiente do lar. Porém, nas formas de violência que Valencia discute, ela não é usada como forma de pressionar proto-proletários no mercado laboral, ou como meio de extração de terras, trabalho ou recursos necessários para a produção de *commodities*; a violência *em si* torna-se uma *commodity* a ser comprada e vendida. Nesse sentido, a acumulação primitiva contínua procura tematizar o fenômeno correto, mas ainda não desenvolveu uma ferramenta conceitual adequada para tal. Em vez de traçar os meios de violência extra-econômicos usados para a estabilização do mercado, Valencia sugere que “a violência *tornou-se* a lei do mercado, invertendo o relacionamento convencional entre esses termos: até então, era o mercado que havia definido as regras para o uso da violência” (VALENCIA, 2018, p. 62). Sob as condições atuais do capitalismo *gore*, a violência não pode mais ser situada como mera *ferramenta* do mercado destinada à manutenção ou estabilização de suas condições; o caráter sexualizado e de gênero dessa violência é sinônimo do próprio mercado. Quando a masculinidade (tóxica) se materializa como a negociação mercadológica da morte, a violência precisa ser re-concebida como intrínseca à própria lógica de acumulação.

¹³ É importante notar que os temas do *gore* e do horror não são estranhos ao cânone marxista. O próprio Marx escreveu sobre a maneira na qual “o capital se apresenta pingando sangue e sujeira, da cabeça aos pés, saindo por todos os poros” (MARX, 1992, p. 926). Os temas de horror e monstruosidade foram objetos frequentes da interpretação marxista, como por exemplo em HARMAN, 2010; MCNALLY, 2012; e ROY, 2014. Mas aqui, Valencia leva o tema do *gore* a um nível completamente diferente, algo além da metáfora.

¹⁴ O termo “acumulação primitiva” é uma tradução um tanto insatisfatória do termo marxista *ürsprungliche Akkumulation*, que é melhor vertido ao inglês como “‘original’ or ‘originary accumulation’” [acumulação original ou originária]. O termo original do alemão não tem nenhum dos vieses racializantes ou patologizantes que o termo “primitive” [primitivo] tem no inglês. Busco manter essa tradução porque a maioria da literatura sobre o assunto também o faz, incluindo autores indígenas que dialogam com Marx no assunto, como por exemplo COULTHARD, 2014.

Todas essas três pensadoras aqui tratadas estão interessadas em como o capitalismo está costurado as estruturas coloniais de raça, gênero, classe e sexualidade. Lugones responde a essa pergunta historicamente: o capitalismo sempre esteve comprometido com a lógica heteropatriarcal em sua estratégia de acumulação, e, portanto, não pode ser concebido na ausência dela. Wynter parte dessa análise para explorar como os movimentos sociais acabam conservando esse legado histórico em vez de rechaçá-lo, em suas intervenções. A resposta de Valencia está em outro patamar. Se a violência estrutura esse mercado *gore* contemporâneo, além de ser uma concretização da masculinidade tóxica, então a estrutura do capitalismo está apoiada numa lógica heteropatriarcal fundida a uma lógica de acumulação, como fonte máxima de valor. Quando riqueza e poder são codificados socialmente como supremacia masculina, o próprio lucro torna-se ferramenta do heteropatriarcado; a articulação de Valencia rejeita tanto o reducionismo de classe como teorias de sistema duplo ao projetar uma análise do sistema de valoração essencialmente heteropatriarcal da lógica sintética do capitalismo *gore*.

Esse sistema de valor não foi bem compreendido pelos marxistas tradicionais, nem mesmo pelas feministas marxistas. Essa forma de valor, suturado ao heteropatriarcado de maneira indelével, vai além da análise do mais-valia ligado à força de trabalho, central para o marxismo. Para os marxistas e as feministas marxistas, a fonte máxima do valor sob o capitalismo vem do trabalho: a acumulação é, primariamente, uma estratégia para gerar mais-valia pagando menos que o valor do trabalho. No entanto, na violência dos assassinatos de aluguel, sequestros e desmembramentos impeditivos, a fonte do valor não é mais o poder de trabalho situado no corpo, mas sim *o próprio corpo*¹⁵. Aqui, o que

¹⁵ Esse argumento pode soar muito similar a diversos entendimentos (marxistas e não marxistas) de escravidão, na qual o corpo é vendido diretamente. A análise de Valencia (e o fenômeno que ela estuda), no entanto, é na verdade um tanto distinta a isso. A compra e venda de corpos sob o capitalismo *gore* é uma relação diferente da transformação de seres humanos em *commodities* no contexto do tráfico de escravizados transatlântico, no qual a força de trabalho (tanto produtiva quanto reprodutiva) das pessoas escravizadas era vista como sinônimo de seus corpos. Em última instância, seres humanos foram escravizados para que trabalhassem, aumentando a acumulação de mais-valia possível muito além do que seria possível em condições assalariadas (WILLIAMS, 1994; DAVIS, 1998). Sob o capitalismo *gore*, em contraste, o corpo normalmente é vendido, torturado ou desmembrado ao ponto da morte física, encerrando qualquer possibilidade de acúmulo de valor através do trabalho. Ainda que pessoas fossem torturadas ou assassinadas no contexto da escravidão, Valencia traça uma diferença entre um sistema em que o trabalho é a *lógica* que ancora um sistema de mutilação e morte e a lógica do capitalismo *gore*, em que a extração de trabalho deixou de ser um interesse no processo de acumulação. Ela explica como a violência da escravidão formou as pré-condições históricas e lógicas desse sistema, mas argumenta que o capitalismo toma uma forma completamente nova quando mesmo a pretensão da extração de trabalho é removida da lógica de acumulação. Nesse sentido, Valencia aponta uma diferença entre o capitalismo *gore* e práticas sanguinolentas em outras formas do capitalismo que não diz tanto respeito à presença ou ausência de formas sancionadas de tortura, sequestro e assassinato, mas sim às várias formas que as expectativas de trabalho podem tomar em corpos cativos em diferentes geografias do capitalismo colonial.

fica em evidência é o “corpo enquanto estratégia de acumulação” (VALENCIA, 2018, p. 161), de uma maneira completamente oposta à qual as feministas marxistas normalmente concebem: não se busca uma estabilização da acumulação através do trabalho, mas sim através da transformação da morte em *commodity*. Nessa esteira, “os corpos foram transformados na *commodity* absoluta, utilizando-se as maneiras mais grotescas de violência para categorizar esses corpos e a própria vida de maneira explícita, cujos valores de troca são monetários e transnacionais” (VALENCIA, 2018, p. 204).

Ademais, uma forma de especificidade nesses modos de relação está bastante distante do escopo das análises marxistas tradicionais. Uma das fontes de alienação no capitalismo está na fungibilidade do trabalho - na realidade, o capitalista não se importa com a individualidade dos trabalhadores, somente com a sua força de trabalho. Individualidade, nesse contexto, além da capacidade direta de gerar lucros, é completamente alheia à exploração capitalista. Mas no assassinato de aluguel, na tortura, e mais ainda nos sequestros, a vantagem vem unicamente da especificidade do indivíduo. Não é possível substituir a vítima de um sequestro por qualquer outra pessoa, nem extrair dela informações desejadas sob tortura; o seu valor vem justamente da sua especificidade (seus laços familiares, sua riqueza, seu conhecimento específico, a capacidade de seus entes queridos de influenciar políticas, etc). O que pode ser monetizado, ou seja, a fonte de valor, é então a singularidade, e não a fungibilidade: “no capitalismo *gore*, a força de trabalho é substituída por práticas sanguinolentas, entendidas como o uso sistemático e repetitivo das formas mais explícitas de violência para produzir capital” (VALENCIA, 2018, p. 72).

Essas práticas acabam por desafiar as noções histórico-materialistas prevalentes do capitalismo, mesmo as feministas. Mas ao invés de abandonar completamente o marxismo, Valencia busca articular uma alternativa:

Os conceitos econômicos clássicos de produção, consumo e o capital deles resultante não funcionam mais, e o próprio processo de produção foi subvertido, convertido em algo quase irreconhecível e de difícil interpretação. Essa realidade torna clara a urgência de modernizar os conceitos da economia política e suas relações de produção para desenvolver análises da fase contemporânea do capitalismo (VALENCIA, 2018, p. 192).

Fazer isso requer que nós nos afastemos de análises reducionistas do lugar do México na ordem mundial, que frequentemente o reduzem a um “*País-fábrica de peças de reposição* que fornece suprimentos de mão-de-obra barata e imigrantes”, para que a compreensão de valor, violência e luta de classes seja ampliada (VALENCIA, 2018, p.

85). Isso também envolve a superação de uma visão maniqueísta de mundo baseada em opressores burgueses e vítimas proletárias, já que as práticas sanguinolentas criam um local de “luta de classes” necroempoderado e “recolonizado” em face da distribuição colonial das riquezas e precariedades do capitalismo (VALENCIA, 2018, p. 283). Nesse sentido, o mercado *gore* opera tanto como uma intensificação do capitalismo quanto como expressão de suas injustiças; ainda que o *gore* “esteja investido na lógica do livre mercado, ele também inverte essa lógica de seu lugar às margens da legalidade. Ele também recupera e reforça essa lógica centralizando a violência e instigando a reavaliação da lógica capitalista ao apresentar uma versão *reloaded* dela, a sua versão *gore*” (VALENCIA, 2018, p. 198).

A análise do capitalismo *gore* projeta uma das maneiras que o entrelaçamento entre a colonialidade e os aspectos de raça, gênero, classe e sexualidade toma forma no mundo contemporâneo. Uma das lições da obra de Valencia é a de que para traçar os contornos contemporâneos da colonialidade do gênero, por um lado, e para mobilizar-se de maneira efetiva contra ela, por outro, é necessário investigar profundamente as diferentes trajetórias do capitalismo colonial. O capitalismo *gore* dá nome a uma manifestação particularmente potente dessa conjuntura, mas o trabalho de Valencia sinaliza a uma visão mais ampla que requer uma multiplicidade de teorias empiricamente robustas do capitalismo colonial que mapeiem os contornos particulares dessas estruturas capitalistas através do tempo e do espaço.

IV. NADIREÇÃO DE UM FEMINISMO ANTICAPITALISTA E DECOLONIAL

Uma análise separada de cada uma dessas autoras demonstrou que todas possuem contribuições valiosas para o desenvolvimento de uma estrutura de análise anticapitalista decolonial e feminista que vai além do eurocentrismo sutil de muitas vertentes teóricas e práticas anticapitalistas atuais. O que pretendo esboçar nessa seção não é ainda uma teoria completa, mas é o oferecimento de uma sinalização definicional, uma explicação provisória do que uma teoria dessas significaria. Fazendo isso, espero demonstrar que ainda que Lugones, Wynter e Valencia elaborem teorias distintas do capitalismo, orientadas por suas próprias experiências, influências teóricas e posicionamentos, suas contribuições precisam ser integradas para formar a fundação de uma teoria robusta do capitalismo. As posições e os termos de cada autora são singulares e irredutíveis entre si, mas certos temas comuns aparecem em suas conceituações de capitalismo.

Cada uma delas argumenta que revelar as profundas complexidades estruturais do capitalismo, em todas as suas formas, requer um aparato teórico vibrante que seja capaz

de mapear as múltiplas junções e fluxos de opressão e exploração, que possa pensar de maneira diferenciada e capaz sobre o que as constitui. Desenvolver uma teoria adequada do capital requer atenção aguda à multiplicidade de formações que o constituem, revelando as relações complexas e contraditórias que o compõem. Sem tal olhar sobre o capitalismo, sua profundidade, complexidade e resiliência acabarão se perdendo.

Uma teoria robusta do capitalismo, portanto, precisaria incluir um entendimento teórico-histórico de como o sistema capitalista atual se desenvolveu em políticas coloniais e heterossexistas e através delas. Compreender a história do capitalismo para compreender sua lógica e configuração atuais sempre foi uma faceta central do projeto anticapitalista; é a partir do método materialista histórico de compreender a história que se tornou possível compreender a forma do que é através daquilo que já foi. Existem ciclos, padrões e lógicas em qualquer sistema; decodificá-los é parte central da possibilidade dinâmica de unir teoria e história. Sobre esse ponto, Lugones e Wynter apontam direções importantes para uma história decolonial e feminista do presente do capitalismo. O sistema de gênero colonial/moderno de Lugones torna claro que a história do capitalismo é a história de uma colonização racializada, sexualizada e de gênero. Abordar a história do capitalismo, da colonização, do racismo e do heterossexismo pela orientação de um sistema único, e não de múltiplos sistemas, cimenta a fundação de uma teoria anticapitalista que se preocupa *necessariamente* com raça, gênero, colonialidade e sexualidade. O sistema de gênero colonial/moderno, ao entender essas histórias como irredutivelmente entrelaçadas, é a única forma de evitar a separação entre teoria e história que é tão comum no pensamento anticapitalista não-decolonial. Ademais, uma teoria do capitalismo decolonial e feminista que seja realmente robusta precisa pluralizar a narrativa fundacional do capitalismo; não só do que ele é, mas também como ele se desenvolveu historicamente, além da narrativa corriqueira de que ele é uma invenção endógama dos meados da Europa moderna, reconhecendo que o capitalismo, enquanto sistema-mundo, não foi simplesmente *imposto* sobre o mundo pela Europa, mas foi inventado por meio de práticas de colonização racializadas e de gênero. Somente através de tal teoria da história é que a força total da opressão, e não apenas da exploração, pode ser desvelada como estrutural ao sistema capitalista.

Essas críticas precisam encontrar ressonância no pensamento anticapitalista, não apenas em sua história, mas também em sua teoria. A análise de Wynter deixa claro que por meio da crítica de sua fantasia morfogenética, uma teoria decolonial e feminista do capitalismo deve rejeitar a narrativa comum de que o capitalismo não tem só uma única história, mas também uma única forma. Uma teoria do capitalismo precisa estar ligada

à compreensão das formas nas quais sistemas podem se adaptar a condições locais e regionais, de como um sistema-mundo sempre foi e continua possuindo mobilidade, plasticidade e capacidade de proliferação; em outras palavras, a teoria anticapitalista contemporânea depende muito de esquemas de abdução e analogias quando se endereça à pluralidade, mas como Wynter nos adverte, esse é um reconhecimento anêmico da diferença, que busca domesticar a divergência ao promulgar uma narrativa-mestra como âncora de toda a teoria. Mas uma verdadeira teoria decolonial e feminista do capitalismo seria irredutivelmente policêntrica. O que Wynter identifica como o momento em que o feminismo marxista tornou-se um “feminismo em seu próprio nome” foi quando se recusou a substituir o “membro da classe” pela “classe das classes”. Wynter reconhece a natureza interconectada do mundo, mas faz isso de uma maneira que enraíza a dominação mundial do capital em suas diferentes manifestações. A integração, tanto histórica quanto teórica, das múltiplas conexões entre capitalismo, colonização e heterossexismo deve ser feita de uma maneira que rejeite as manifestações da acumulação capitalista no Norte, na fábrica e nas classes trabalhadoras brancas como âncora material ou ideológica para essa teoria; de fato, é preciso que rejeite a adoção de qualquer localidade específica como modelo pelo qual todas as outras instâncias do capitalismo devem ser medidas, julgadas ou substituídas.

A prática da construção de tal teoria decolonial e feminista do capitalismo deve começar por um compromisso histórico-teórico com a multiplicidade de estudos locais e regionais, engajados e corporificados. Esses estudos devem desenvolver suas próprias compreensões das especificidades de histórias e práticas particulares em múltiplos contextos, temporalidades e localidades, reunindo-os para entender o capitalismo simplesmente como um sistema que une esses pontos aparentemente distantes. Valencia demonstra um dos modelos (que certamente não é o único) de como tal investigação poderia proceder, rejeitando a importação de categorias e hipóteses de fora. O que Valencia mostra, em um exemplo vívido, é como a atenção cuidadosa às especificidades geográficas *mudam* a própria teoria do capitalismo. Sua insistência na resistência e na atuação como um tema feminista central também é uma lição para se pensar o capitalismo não somente como imposição unilateral, mas como um sistema moldado a partir das práticas e contestações dos agentes, por meio de desejo e necessidade.

Uma teoria decolonial e feminista do capitalismo que fizesse jus às acepções dessas pensadoras precisaria integrar todos esses pontos. Destituir a união multifacetada de gênero, classe, raça e sexo que se apresenta sob o capitalismo colonial requer uma práxis multifocal. Demanda não somente o reajuste do foco da narrativa histórica do presente,

trazendo à tona as diversas opressões interseccionais das quais se constitui, mas também um modo de registro que dê conta das diferenças entre múltiplas geografias de poder. Também é necessário reajustar o foco do trabalho dos movimentos anticapitalistas com base nesses pontos. Para militar contra as estruturas sexuais e de gênero do capitalismo colonial, todas essas pensadoras apontam a necessidade de pensar o capitalismo fora de reducionismos fáceis do sistema à economia, à classe ou ao trabalho. Repensar o que é o capitalismo, de acordo com as concepções de Lugones, Wynter e Valencia, é perceber que ele é um sistema mais profundo e complexo do que normalmente se supõe; e isso impõe a necessidade de uma resistência mais capaz de enfrentar o desafio. Somente enraizando a teoria anticapitalista no trabalho histórico, teórico e empírico guiado pelo feminismo decolonial é que podemos tentar compreender o alcance completo do capitalismo como um sistema e divisar modos de resistência capazes de suplantá-lo inteiramente - o que quer dizer, não apenas seus modelos econômicos, mas também suas lógicas coloniais e heteropatriarcais.

REFERÊNCIAS

- ARRUZZA, Cinzia. **Remarks on gender**. Viewpoint Magazine, 2014.
- BANNERJI, Himani. **Building from Marx: Reflections on class and race**. Social Justice, n. 32 (4): p. 144–160, 2004.
- BEIER, Friederike. **Marxist perspectives on the global enclosures of social reproduction**. Triple C: Communication, Capitalism, and Critique, n. 16 (2): p. 546–561, 2018.
- BERTOLT, Boris. **Thinking otherwise: Theorizing the colonial/modern gender system in Africa**. African Sociological Review/Revue Africaine de Sociologie, n. 22 (1): p. 2–17, 2018.
- BHAMBRA, Gurminder K. n.d. Lugones, Maria. **Global Social Theory**. <https://globalsocialtheory.org/thinkers/lugones-maria/>
- BRENNER, Johanna. **Women and the politics of class**. New York: Monthly Review Press, 2000.
- BROWN, Heather. **Marx on gender and the family: A critical study**. Chicago: Haymarket Books, 2013.
- COULTHARD, Glen Sean. **Red skin, white masks: Rejecting the colonial politics of** Revista X, v. 17, n. 1, p. 372-399, 2022.

recognition. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014

DALLA COSTA, Giovanna Franca. **The work of love: Unpaid housework, poverty and sexual violence at the dawn of the 21st century.** Ed. Mariarosa Dalla Costa. Trans. Enda Brophy. Brooklyn, N.Y: Autonomedia, 2008.

DALLA COSTA, Mariarosa; JAMES, Selma. **The power of women and the subversion of the community.** 3^a ed. Bristol, UK: Falling Wall Press, 1975

DAVIS, Angela Y. **Women, race, & class.** New York: Vintage, 1983

DAVIS, Angela Y. From the prison of slavery to the slavery of prison. In: **The Angela Y. Davis Reader**, ed. Joy James. Malden, Mass.: Blackwell Publishing, 1998.

DAY, Iyko. **Alien capital: Asian racialization and the logic of settler colonial capitalism.** Durham, N.C.: Duke University Press Books, 2016.

DRUCKER, Peter. **Warped: Gay normality and queer anti-capitalism.** London: Historical Materialism, 2015.

DU BOIS, W. E. B. **Dusk of dawn: An essay toward and autobiography of a race concept.** New York: Schocken Books, 1968.

EUDELL, Demetrius; ALLEN Carolyn. **Sylvia Wynter: A transculturist rethinking modernity.** Journal of West Indian Literature 10 (1/2): 1–7, 2001.

FEDERICI, Silvia. Feminism and the politics of the common in an era of primitive accumulation. In: **Revolution at point zero: Housework, reproduction, and feminist struggle.** Oakland, Calif.: PM Press, 2012a.

FEDERICI, Silvia. **Revolution at point zero: Housework, reproduction, and feminist struggle.** Oakland, Calif.: PM Press, 2012b.

FEDERICI, Silvia; AUSTIN, Allen (org.). **Wages for housework, the New York Committee 1972–1977: History, theory, documents.** Oakland, Calif.: PM Press, 2017.

FLOYD, Kevin. **The reification of desire: Toward a queer Marxism.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

GIRALDO, Isis. **Coloniality at work: Decolonial critique and the postfeminist regime.** Feminist Theory, N. 17 (2): 157–73, 2016.

GONZÁLEZ RODRIGUEZ, Sergio. **The femicide machine**. Los Angeles: Semiotext(e), 2012.

HARMAN, Chris. **Zombie capitalism: Global crisis and the relevance of Marx**. Chicago: Haymarket Books, 2010.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. Oxford and New York: Oxford University Press, 2007.

JAMES, Selma. **Sex, race and class: The perspective of winning: A selection of writings 1952–2011**. Oakland, Calif.: PM Press., 2012.

LEWIS, Holly. **The politics of everybody: Feminism, queer theory and Marxism at the intersection**. London: Zed Books, 2016.

LUGONES, María. **Heterosexualism and the colonial/modern gender system**. Hypatia, n. 22 (1): 186–209, 2007.

LUGONES, María. **Colonialidad y género**. Tabula Rasa, n. 9: p. 73–101, 2008.

LUGONES, María. **Methodological notes toward a decolonial feminism**. In **Decolonizing epistemologies: Latina/o theology and philosophy**. Ed. Ada María Isasi-Díaz and Eduardo Mendieta. New York: Fordham University Press, 2011.

LUGONES, María; PRICE, Joshua. **The inseparability of race, class, and gender in Latino studies**. Latino Studies, n. 1 (2): p. 329–332, 2003.

MANNING, Jennifer. **The coloniality of gender**. Global Social Theory. <https://globalsocialtheory.org/topics/coloniality-of-gender/>.

MARX, Karl. **Capital: Volume 1: A critique of political economy**. Trans. Ben Fowkes. London and New York: Penguin Classics, 1992.

MCNALLY, David. **Monsters of the market: Zombies, vampires, and global capitalism**. Chicago: Haymarket Books, 2012.

MIGNOLO, Walter. Sylvia Wynter: What does it mean to be human? In: **Sylvia Wynter: On being human as praxis**. Ed. Katherine McKittrick. Durham, N.C.: Duke University Press, 2015.

NAVE, Carmen.. **Marriage in Kumasi, Ghana: Locally emergent practices in the colonial/modern gender system**. Hypatia, n. 32 (3): p. 557–573, 2017

PARKER, Emily Anne. **The human as double bind: Sylvia Wynter and the genre of “Man.”** *Journal of Speculative Philosophy*, n. 32 (3): p. 439–449., 2018.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidad de poder y clasificacion social.** *Journal of World-Systems Research* 1 (2): p. 342–386, 2000.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidad de poder, globalizacion y democracia.** *Revista de ciencias sociales de la universidad autonoma de Nuevo Leon*, n. 4 (7–8): p. 1–23, 2001.

RIBEIRO, Mariana. **María Lugones’s work as a human rights idea(l).** *Berkeley La Raza Law Journal*, n. 18 (1): p. 29–46, 2007.

ROBINSON, Cedric J. **Black Marxism: The making of the black radical tradition,** 2nd ed. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.

ROELOFS, Monique. **Navigating frames of address: María Lugones on language, bodies, things, and places.** *Hypatia*, n. 31 (2): p. 370–387, 2016.

ROY, Arundhati. **Capitalism: A ghost story.** Chicago: Haymarket Books, 2014.

SCOTT, David; WYNTER, Sylvia. **The re-enchantment of humanism: An interview with Sylvia Wynter.** *Small Axe*, n. 8: p. 119–207, 2000.

SOILAND, Tove. A feminist approach to primitive accumulation. In: **Rosa Luxembourg: A permanent challenge for political economy.** London: Palgrave Macmillan, 2016.

VALENCIA, Sayak. **Gore capitalism.** Trans. John Pluecker. South Pasadena, Calif.: Semiotext(e), 2018.

WARTENBERG, Thomas. **Comments on Appiah and Lugones.** *Journal of Philosophy*, n. 87 (10): p. 508–509, 1990.

WILLIAMS, Eric. **Capitalism and slavery.** Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1994.

WYNTER, Sylvia. Beyond liberal and Marxist-Leninist feminisms: Toward an autonomous frame of reference. In: **Feminist Theory at the Crossroads session**, American Sociological Association. San Francisco, 1982.

WYNTER, Sylvia. **The ceremony must be found: After humanism.** *Boundary*, n. 12 (3): p. 19–70, 1984.

WYNTER, Sylvia. Beyond Miranda’s meanings: Un/silencing the “demonic ground” of

Caliban’s “woman.” In: **Out of the kumbla: Caribbean women and literature.** Ed. Carole Boyce Davies and Elaine Savory Fido. Trenton, N.J.: Africa World Press, 1990.

WYNTER, Sylvia. 1492: A new world view. In: **Race, discourse, and the origin of the Americas: A new world view.** Ed. Vera Lawrence Hyatt and Rex Nettleford. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1995.

WYNTER, Sylvia. Toward the sociogenic principle: Fanon, identity, the puzzle of conscious experience, and what it is like to be “black.” In: **National identities and sociopolitical changes in Latin America.** Ed. Mercedes F. Durán-Cogan and Antonio Gómez-Moriana. New York: Routledge, 2001.

WYNTER, Sylvia. **Unsettling the coloniality of being/power/truth/freedom: Toward the human, after man, its overrepresentation—an argument.** New Centennial Review, n. 3 (3): p. 257–337, 2003.

Recebido em: 12 set. 2021
Aceito em: 21 jan. 2022